



PEDRO SANTANA / CB



Sete anos e contando...

A ideia do chefe da Casa Civil do DF, Gustavo Rocha, quando recebeu convite do governador Ibaneis Rocha para ingressar em sua equipe em 2018, era permanecer no GDF por um ano apenas. Lá se vão quase sete anos e contando... Rocha é um dos principais integrantes do governo e um coringa para as próximas eleições.



Linha de frente contra o feminicídio

Na programação da Semana de Combate ao Feminicídio, sessão solene na Câmara Legislativa reúne hoje representantes das forças de segurança, servidores, Judiciário, Ministério Público e líderes comunitários. Entre os reconhecidos, estão servidores de secretarias do Governo do DF, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Defensoria Pública e do Tribunal de Justiça. Instituições como a Arquidiocese de Brasília, Instituto Humanizare e Rede Elas também receberam moção de louvor, pelo trabalho que realizam na prevenção e no acolhimento de mulheres vítimas de violência. A iniciativa é da deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania), Procuradora da Mulher da Câmara Legislativa.

Ibaneis reafirma oposição a Lula em carta a Trump

Na carta enviada ao presidente Donald Trump, o governador Ibaneis Rocha (MDB) deixa bem clara a sua oposição ao governo do presidente Lula, que tem sido criticado pelo republicano. "O Governo do Distrito Federal, por mim

conduzido, é de centro-direita, em oposição ao atual Governo Federal, de esquerda. Por isso, a segurança pública da capital do Brasil tem por foco resultados concretos, livre de vieses ideológicos", registrou.



Anna Moneymaker/Getty Images North America/Getty Images via AFP



Efr Alves/CB/DA Press

Deputado quer tornar o presidente Donald Trump persona non grata no DF

Depois da carta da governador Ibaneis Rocha (MDB) contestando os números relativos à criminalidade no Distrito Federal apresentados pelo presidente Donald Trump, outro político da cidade reagiu para não deixar passar o episódio em branco. O deputado distrital Chico Vigilante (PT) apresentou moção para declarar o presidente dos Estados Unidos persona non grata no Distrito Federal. A proposta precisa ser aprovada por maioria da Câmara Legislativa para entrar em vigor.

Territórios de cultura, solidariedade e resistência



Efr Alves/CB/DA Press

No texto, o deputado Chico Vigilante justifica: "Há poucas semanas, um documento do Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos emitiu alerta para funcionários norte-americanos que trabalham no Brasil e pediu que eles não visitem essas quatro cidades do Distrito Federal, por risco de 'crime e sequestro': Ceilândia, Paranoá, São Sebastião e Santa Maria. Uma orientação absurda e preconceituosa, que reforça inaceitável estigma dessas cidades, tratadas como zonas de guerra, em termos de segurança pública. As periferias do DF têm, sim, muitos problemas sociais, que estão sendo enfrentados com políticas públicas aprovadas nesta Câmara Legislativa. Mas são, antes de tudo, territórios de cultura, de solidariedade e de resistência. Não são sinônimos de violência e de ameaça, mas de luta e de trabalho digno da população batalhadora deste país."

Desprezo pela realidade

Para Chico Vigilante, Trump — presidente da nação mais poderosa do mundo — ataca o DF gratuitamente. "Além do habitual desprezo pela realidade factual e pela verdade, o governo Trump não para de produzir ataques ao Brasil, ao Distrito Federal e ao nosso povo. Temos muito respeito e amizade pelo povo dos Estados Unidos, com quem compartilhamos mais de 200 anos de história de relações diplomáticas sadias, respeitadas e construtivas", acrescenta.

Agência Senado



Andressa Anholete/Agência Senado



CPI da Adultização

Os três senadores do DF, Damares Alves (Republicanos), Izalci Lucas (PL) e Leila Barros (PDT), assinaram o requerimento para instalação da CPI da Adultização. Damares, no entanto, deixou claro: "A CPI que vai investigar a ação de influenciadores na adultização e erotização de crianças e adolescentes não tem objetivo de regulamentar redes sociais. Vamos chamar para responsabilidade quem produz os conteúdos ilegais".



Mariana Campos/CB/DA Press

Izalci: "Lula nos colocou entre os piores"

O senador Izalci Lucas (PL-DF) fez um pronunciamento em que responsabiliza o governo Lula pelo tarifaço imposto pelo governo Trump. "Em abril, o Brasil estava na lista privilegiada de Trump, pagando só 10% de tarifa. Três meses depois, Lula nos colocou entre os piores: 50% — a tarifa mais alta do mundo", afirmou. E acrescentou: "A causa? Ataque ao dólar, aproximação com ditaduras e hostilidade a aliados históricos dos EUA. O resultado? Mercado americano se fechando, economia ameaçada e soberania comprometida pela incompetência de quem deveria defendê-la."

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

CB.PODER / Vice-presidente da CLDF, Ricardo Vale, falou de uma lei proposta para punir financeiramente homens que cometerem violência doméstica. Aprovada em 2023, a legislação não entrou em vigor

"Agressores vão sentir no bolso"

O vice-presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Ricardo Vale (PT), falou ontem, ao **CB.Poder** — parceria do **Correio** com a TV Brasília —, sobre uma lei criada para punir financeiramente o homem que agredir a companheira. Segundo ele, apesar de aprovada em 2023, a legislação não entrou em vigor. Aos jornalistas Carlos Alexandre e Sibeles Negromonte, Vale também projetou o futuro do Partido dos Trabalhadores e frisou que a legenda tem de assumir o protagonismo da esquerda na capital.

Nos cinco primeiros meses de 2025, foram registrados 11 feminicídios no DF, número que mostra uma realidade hostil vivenciada diariamente pelas mulheres. Segundo o distrital, em 2023 foi apresentado um projeto de lei para punir o agressor no bolso. "Quando uma mulher denuncia, mesmo que pela primeira vez um agressor, ele será punido de acordo com o poder aquisitivo", explicou.

Apesar de ter sido aprovada em 2023, Vale afirma que o Governo



Ela (a lei) foi aprovada e regulamentada. Esses agressores não ligam para a Lei Maria da Penha. Se começar a doer no bolso, talvez eles pensem duas vezes"

do Distrito Federal (GDF) não colocou a medida em prática. "Ela (a lei) foi aprovada e regulamentada. Esses agressores não ligam para a Lei Maria da Penha. Se começar a doer no bolso, talvez eles pensem duas vezes", afirmou. A proposição prevê multa a agressores de mulheres no DF entre R\$ 500 e R\$ 500 mil.

De acordo com o vice-presidente da CLDF, no ano passado a lei serviu de base para a criação de uma legislação semelhante, em Recife (PE), que já está em vigor desde maio deste ano.

O distrital também é autor de uma lei que prevê a educação das crianças em sala de aula contra o machismo e a violência de gênero. "A ideia é mudar essa cultura machista na escola, mostrando que as mulheres têm os mesmos direitos e devem ser respeitadas. Mas, infelizmente, a implementação dessa lei ainda é muito tímida", lamentou.

Uniformes

O vice-presidente da CLDF mencionou, durante a entrevista, um projeto apresentado por ele, que visava ao fornecimento de uniformes dos estudantes da rede pública. "O governo errou ao encomendar esses uniformes em outro estado. Essa prática gerou prejuízo às malharias do DF, além de os uniformes serem de péssima qualidade e chegarem atrasados, com

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Aponte a câmera para assistir à entrevista completa

erros de tamanho", ressaltou.

Segundo Vale, o projeto foi vetado e o GDF protocolou um novo, praticamente igual. "Isso foi importante porque mostra que o governo reconheceu o erro ao mandar fazer uniformes fora de

Brasília. Daremos celeridade a essa iniciativa", garantiu.

"Fazendo os uniformes no DF, vai gerar emprego, renda e aquecer o mercado das malharias locais. Além disso, vai facilitar a vida dos pais. Eles poderão ir às malharias e comprar o uniforme adequado ao tamanho do aluno, que poderá começar o ano letivo uniformizado", destacou.

O distrital falou sobre o futuro de seu partido para as próximas

eleições no DF. "Vínhamos conversando com os partidos de esquerda do DF, para construir uma aliança. Inclusive, para tentar trazer alguns partidos de centro para discutir projetos. Portanto, precisamos assumir nosso papel e coordenar esse campo, respeitando todas as outras candidaturas. O PT precisa trabalhar o mais rápido possível e apresentar um nome para representar esse campo político localmente", disse.